

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Instituído pela Lei 3.047, de 16 de dezembro de 2015, e regulamentado pelo Ato nº 017, de 08 de março de 2016


**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS**

EDIÇÃO Nº 771 | DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: PALMAS-TO, QUARTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2019

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 071/2019

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais, e conforme o disposto no art. 17, inciso V, alínea “d”, inciso XII, alínea “h” e “i”, da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, no art. 41 da Constituição Federal c/c caput do art. 21, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007;

CONSIDERANDO que os servidores nominados preencheram as condições para adquirir estabilidade no serviço público, em virtude do atendimento aos requisitos relativos à disciplina, idoneidade moral, aptidão para a função, conduta e integração dos servidores ao serviço e às atribuições do cargo, bem como pelo decurso de três anos de efetivo exercício, ao que se extrai de todas as etapas da Avaliação Especial de Desempenho a que foram subordinados, bem como o teor do protocolo 07010285479201992;

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR ESTÁVEL no serviço público estadual, no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins, os servidores adiantes relacionados, a partir da respectiva data:

MAT.	SERVIDOR	CARGO	EXERCÍCIO	ESTABILIZAÇÃO
137016	Joao Neto Pereira de Farias	Motorista Profissional	03/06/2016	03/06/2019
137416	Thayane dos Reis Silva Leal	Analista Ministerial	03/06/2016	03/06/2019
136916	Nubia Lopes de Oliveira Guedes	Técnico Ministerial	06/06/2016	06/06/2019
137316	Yuri Nery de Assis	Motorista Profissional	06/06/2016	06/06/2019
137116	Cleidemar Gomes de Oliveira	Motorista Profissional	07/06/2016	07/06/2019
138016	Fernando Daniel Pereira Alves	Motorista Profissional	08/06/2016	08/06/2019
137916	Marcio Leon Burmann Varanda	Motorista Profissional	08/06/2016	08/06/2019
138116	Welson Frank Lustosa Barros	Oficial de Diligências	08/06/2016	08/06/2019
138216	Everton Arsego Lima	Motorista Profissional	10/06/2016	10/06/2019
138916	Francisca Coelho de Souza Soares	Técnico Ministerial Especializado	14/06/2016	14/06/2019
139016	Nilzete Maria Feitoza Silva Alves	Técnico Ministerial Especializado	14/06/2016	14/06/2019
138316	Nubivaldo Pereira dos Santos	Oficial de Diligências	15/06/2016	15/06/2019
139416	Francine Rodrigues de Marchi Oliveira	Oficial de Diligências	17/06/2016	17/06/2019
139516	Marcio Henrique Parente Fontoura	Analista Ministerial	20/06/2016	20/06/2019
140116	Diego Gomes Carvalho Nardes	Técnico Ministerial	27/06/2016	27/06/2019
138816	Ricky Manoel da Silva	Motorista Profissional	27/06/2016	27/06/2019
139616	Antonio Nelzir Alves Rodrigues	Motorista Profissional	28/06/2016	28/06/2019

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de junho de 2019.

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Subprocuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 631/2019

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando a solicitação do Promotor de Justiça Saulo Vinhal da Costa, nos termos do Protocolo nº 07010285378201911;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça LEONARDO GOUVEIA OLHÊ BLANCK para atuar na audiência da 4ª Promotoria de Justiça de Araguaína, perante o Juizado Especial Criminal, no dia 11 de junho de 2019, Autos nº 0014735-17.2018.827.2706.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de junho de 2019.

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Subprocuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 632/2019

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando a solicitação do Promotor de Justiça Saulo Vinhal da Costa, nos termos do Protocolo nº 07010285379201966;

RESOLVE:

Diário Oficial Eletrônico Nº 771 assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça MILTON QUINTANA para atuar nas audiências da 4ª Promotoria de Justiça de Araguaína, perante o Juizado Especial Criminal, no dia 12 de junho de 2019.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de junho de 2019.

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Subprocuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 633/2019

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando a solicitação do Promotor de Justiça Saulo Vinhal da Costa, nos termos do Protocolo nº 07010285380201991;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça LEONARDO GOUVEIA OLHÉ BLANCK para atuar nas audiências da 4ª Promotoria de Justiça de Araguaína, perante o Juizado Especial Criminal, no dia 13 de junho de 2019.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de junho de 2019.

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Subprocuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 634/2019

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

CONSIDERANDO que toda a ordem de substituição automática da 02ª Promotoria de Justiça da Capital restou exaurida;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça EDUARDO GUIMARÃES VIEIRA FERRO para atuar na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Palmas – TO, no dia 13 de junho de 2019, Autos nº 0011798-67.2015.827.2729.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de junho de 2019.

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Subprocuradora-Geral de Justiça

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL Nº 010/2019

PROCESSO: 19.30.1550.0000264/2019-30

Participantes: Ministério Público do Estado do Tocantins e o Conselho Municipal de Saúde de Palmas.

OBJETO: Estabelecer cooperação técnica entre os PARTÍCIPES

para a realização de vistorias permanentes e coordenadas pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, com objetivo de obter diagnóstico das condições estruturais e de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde de Palmas/TO, através da aplicação de questionários, na conformidade da logística e do cronograma, previstos no Projeto Saúde de Qualidade nas Unidades Básicas de Saúde de Palmas/TO.

VIGÊNCIA: 60 (Sessenta) meses contados a partir da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2019.

SIGNATÁRIOS: José Omar de Almeida Júnior – Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins e Antônio Grangeiro Saraiva – Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Palmas.

ASSUNTO: Apoio Remoto - NAPROM

INTERESSADO: RENATA CASTRO RAMPANELLI CISI

PROTOCOLO: 07010283899201934

DESPACHO Nº 293/2019 – Considerando as informações prestadas pelo Suporte dos Sistemas de Processo Eletrônico e ainda as constantes no sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do Ato nº 003/2019, o pedido formulado pela Promotora de Justiça Renata Castro Rampanelli Cisi, para conceder Apoio Remoto à Promotoria de Justiça de Novo Acordo por mais 30 (trinta) dias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de junho de 2019.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DG Nº 146/2019

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99, da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço desenvolvido no(a) Assessoria de Comunicação, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010285709201913, em 11 de junho de 2019, da lavra da Chefe da Assessoria suso.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Luciana Carla da Hora Duailibe, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, marcadas anteriormente de 10/06/2019 a 28/06/2019, assegurando o direito de usufruto desses 19 (dezenove) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 11 de junho de 2019.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO RESULTADO DE JULGAMENTO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019
RESULTADO PROVISÓRIO

PROCESSO Nº.: 19.30.1560.0000283/2019-46

OBJETO: Recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Araguaçu - TO, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a Promotoria de Justiça de Araguaçu - TO.

RESULTADO DO JULGAMENTO:

PROPONENTE	RESULTADO
Edgleite Alves Tavares (CPF: XXX.055.761-XX).	Proposta de preço e documentação atenderam as exigências do Edital.

Fica o aberto o prazo recursal de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste extrato no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, nos termos do subitem 7.1 do Edital.

Palmas – TO, 12 de junho de 2019

RICARDO AZEVEDO ROCHA
Presidente da CPLEXTRATO DO RESULTADO DE JULGAMENTO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2019
RESULTADO PROVISÓRIO

PROCESSO Nº.: 19.30.1560.0000302/2019-18

OBJETO: Recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Wanderlândia - TO, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a Promotoria de Justiça de Wanderlândia - TO.

RESULTADO DO JULGAMENTO:

PROPONENTE	RESULTADO
Antonio Diógenes Rocha Galvão (CPF: XXX.865.111-XX).	Proposta de preço e documentação não atenderam as exigências do Edital.

Fica o aberto o prazo recursal de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste extrato no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, nos termos do subitem 7.1 do Edital.

Palmas – TO, 12 de junho de 2019

RICARDO AZEVEDO ROCHA
Presidente da CPLAVISO DE REMARCAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2019

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que foi remarcada para o dia **08/07/2019**, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, a sessão pública do **Chamamento Público nº 004/2019**, processo nº 19.30.1560.0000284/2019-19, objetivando o recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Arapoema, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a Promotoria de Justiça de Arapoema.

Período de entrega dos envelopes contendo a documentação solicitada no Edital e seus anexos: 13 de junho de 2019 a 28 de junho de 2019, no horário de expediente das 9 h as 12 h e das 14 h as 18 h.

Local de entrega dos envelopes: Sede da Promotoria de Justiça de Arapoema, localizada na Rua Mato Grosso, nº 1378, Centro, Arapoema/TO, CEP.: 77.780-000 ou no setor de protocolo da sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, localizada na 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 04, Palmas/TO, CEP.: 77.006-218. **No campo destinatário preencher “Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins / CPL / Chamamento Público nº 004/2019”.**

Edital: Os interessados poderão obter o Edital no site do Ministério Público do Tocantins <https://mpto.mp.br/web/cpl/chamamento-publico>

Informações: E-mail: cpl@mpto.mp.br / Telefone: (63) 3216-7619 / 3216-7530.

Palmas-TO, 12 de junho de 2019.

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de LicitaçãoAVISO DE REMARCAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2019

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que foi remarcada para o dia **08/07/2019**, às 14h30min (quatorze horas e trinta minutos), na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, a sessão pública do **Chamamento Público nº 005/2019**, processo nº 19.30.1560.0000296/2019-83, objetivando o recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Goiatins, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a Promotoria de Justiça de Goiatins.

Período de entrega dos envelopes contendo a documentação solicitada no Edital e seus anexos: 13 de junho de 2019 a 28 de junho de 2019, no horário de expediente das 9 h as 12 h e das 14 h as 18 h.

Local de entrega dos envelopes: Sede da Promotoria de Justiça de Goiatins, localizada na Rua Sousa Porto, nº 578, Goiatins/TO, CEP.: 77.770-000 ou no setor de protocolo da sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, localizada na 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 04, Palmas/TO, CEP.: 77.006-218. **No campo destinatário preencher “Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins / CPL / Chamamento Público nº 005/2019”.**

Edital: Os interessados poderão obter o Edital no site do Ministério Público do Tocantins <https://mpto.mp.br/web/cpl/chamamento-publico>

Informações: E-mail: cpl@mpto.mp.br / Telefone: (63) 3216-7619 / 3216-7530.

Palmas-TO, 12 de junho de 2019.

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**AVISO DE REMARCAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2019**

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que foi remarcada para o dia **09/07/2019**, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, a sessão pública do **Chamamento Público nº 006/2019**, processo nº 19.30.1560.0000297/2019-56, objetivando o recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Ananás, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a Promotoria de Justiça de Ananás.

Período de entrega dos envelopes contendo a documentação solicitada no Edital e seus anexos: 13 de junho de 2019 a 28 de junho de 2019, no horário de expediente das 9 h as 12 h e das 14 h as 18 h.

Local de entrega dos envelopes: Sede da Promotoria de Justiça de Ananás, localizada na Rua Olavo Bilac, nº 465, Centro, Ananás/TO, CEP.: 77.890-000 ou no setor de protocolo da sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, localizada na 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 04, Palmas/TO, CEP.: 77.006-218. **No campo destinatário preencher “Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins / CPL / Chamamento Público nº 006/2019”.**

Edital: Os interessados poderão obter o Edital no site do Ministério Público do Tocantins <https://mpto.mp.br/web/cpl/chamamento-publico>

Informações: E-mail: cpl@mpto.mp.br / Telefone: (63) 3216-7619 / 3216-7530.

Palmas-TO, 12 de junho de 2019.

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**AVISO DE REMARCAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2019**

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que foi remarcada para o dia **09/07/2019**, às 14h30min (quatorze horas e trinta minutos), na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, a sessão pública do **Chamamento Público nº 007/2019**, processo nº 19.30.1560.0000298/2019-29, objetivando o recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Palmeirópolis, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a Promotoria de Justiça de Palmeirópolis.

Período de entrega dos envelopes contendo a documentação solicitada no Edital e seus anexos: 13 de junho de 2019 a 28 de junho de 2019, no horário de expediente das 9 h as 12 h e das 14 h as 18 h.

Local de entrega dos envelopes: Sede da Promotoria de Justiça de Palmeirópolis, localizada na Praça Limírio Viana Guimarães, nº 244, Centro, Palmeirópolis/TO, CEP.: 77.365-000 ou no setor de protocolo da sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, localizada na 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 04, Palmas/TO, CEP.: 77.006-218. **No campo destinatário preencher “Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins / CPL / Chamamento Público nº 007/2019”.**

Edital: Os interessados poderão obter o Edital no site do Ministério Público do Tocantins <https://mpto.mp.br/web/cpl/chamamento-publico>

Informações: E-mail: cpl@mpto.mp.br / Telefone: (63) 3216-7619 / 3216-7530.

Palmas-TO, 12 de junho de 2019.

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PP/1654/2019

Processo: 2019.0003710

O 10º Promotor de Justiça da Capital, em substituição, considerando as informações extraídas da Notícia de Fato do Conselho Tutelar objeto do processo nº 00074456-27.2019.827.2729 (em anexo), no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 129, inc. III da Constituição e pelo art. 8º, § 1º, da Lei Ordinária 7.347, de 24 de julho de 1985 e legitimado no art. 1º, inc. IV c/c art. 5º inc. I, ambos do referido estatuto infraconstitucional, resolve instaurar o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO, considerando como elementos que subsidiam a medida, o seguinte:

1. Origem: Notícia de Fato do Conselho Tutelar objeto do processo nº 00074456-27.2019.827.2729;

2. Investigado: Secretaria Municipal da Educação;

3. Objeto do Procedimento: Averiguar eventual afronta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação e ao art. 53, inciso V, do ECA, decorrente da ausência de vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIS aos menores: 1. JOSÉ MIGUEL BARBOSA REIS; 2. HELENA A. N. BRANDINO; 3. AMANDA BEZERRA MENDES; 4. DIEGO DAVI T. CAMPOS; 5. ROBERTO DAVI C. C. DOS SANTOS; 6. GABRIEL THEODORO S. ROCHA; 7. CHARLES SANTANA; 8. KARINA REBECA; 9. BERNARDO SOUSA ROCHA; 10. BENN YOUSSEF DE PAIVA REIS; 11. DAVI SOUSA PIRES; 12. SAMUEL NASCIMENTO BRITO; 13. MARIA VITÓRIA SENA; 14. JOÃO PEDRO SENA BISPO; 15. LUAN FONSECA COSTA; 16. LUCAS FONSECA COSTA; 17. ENZO GABRIEL BORGES OLIVEIRA; 18. DAVI SANTOS DE SOUZA; 19. NATHALLY VITÓRIA RODRIGUES DA SILVA; 20. ALEXYSANDRO RIBEIRO SOUZA; 21. EYSHILA VICTORIA SOUZA TAVEIRA; 22. WELLINGTON RIAN SANTANA DA SILVA; 23. ANNA SOPHIA ABREU GOMES; 24. VICTOR HUGO LIMA OLIVEIRA; 25. ANANA GABRIELA VIEIRA DA SILVA; 26. ANNA SOPHYA RODRIGUES DE ARAÚJO; 27. HEVERTON GUSTAVO RAMOS SILVA;

4. Diligências:

4.1. Oficie-se ao Conselho Superior do Ministério Público informando a instauração do procedimento preparatório, remetendo-se cópia da portaria inaugural, conforme determina o art. 12, da Resolução nº 005/2018, em consonância com as diretrizes do Informativo CSMP nº 002/2017, do Conselho Superior do Ministério Público;

4.2. Remeta-se extrato da portaria para publicação no Diário Oficial, conforme preconiza o art. 12, V, da Resolução nº 005/2018, do Conselho Superior do Ministério Público;

4.3. Oficie-se à Secretaria Municipal de Educação, para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe se as vagas solicitadas foram disponibilizadas às crianças;

4.4. Após o cumprimento das diligências, volvam-me os autos conclusos.

PALMAS, 11 de junho de 2019

Documento assinado por meio eletrônico
MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO
10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL



PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PP/1655/2019

Processo: 2019.0003711

O 10º Promotor de Justiça da Capital, em substituição, considerando as informações extraídas da Notícia de Fato do Conselho Tutelar objeto do processo nº 00074456-27.2019.827.2729 (em anexo), no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 129, inc. III da Constituição e pelo art. 8º, § 1º, da Lei Ordinária 7.347, de 24 de julho de 1985 e legitimado no art. 1º, inc. IV c/c art. 5º inc. I, ambos do referido estatuto infraconstitucional, resolve instaurar o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO, considerando como elementos que subsidiam a medida, o seguinte:

1. Origem: Notícia de Fato do Conselho Tutelar objeto do processo nº 00074456-27.2019.827.2729;

2. Investigado: Secretaria Municipal da Educação;

3. Objeto do Procedimento: Averiguar eventual afronta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação e ao art. 53, inciso V, do ECA, decorrente da ausência de vaga escolar aos menores: 1. ISABELLY ARRAES; 2. EDUARDA C. DOS SANTOS; 3. ARTHUR GABRYEL G. DE OLIVEIRA; 4. ADRIEL KENNEDY V. DE MATOS; 5. SÂMILA PINHEIRO DA SILVA CRUZ; 6. ANA VITÓRIA SILVA NASCIMENTO; 7. EVELLYN ELOISY B. SILVA; 8. ALDEMAR GABRIEL; 9. ANTONIETA VITÓRIA; 10. MARIA EDUARDA D. SAMPAIO; 11. PEDRO AMBRÓSIO B. PARREIRA; 12. KAÚRU SANTANA LEAL; 13. LISA DE VASCONCELOS PAIVA; 14. CARLOS EDUARDO S. L. DE OLIVEIRA; 15. RODRIGO DE PAIVA MENDONÇA; 16. REBHECA MENDES ALVES; 17. ANA BEATRIZ B. BEZERRA; 18. EVELLYN KAUANE SOUSA NUNES; 19. DANIEL MENEZES DOS SANTOS; 20. ALESSANDRO LUCAS DA SILVA TORRES; 21. SAMIRA RODRIGUES DA SILVA; 22. GIOVANNA DE SOUSA PINTO; 23. SANTHAGO FEITOSA SILVA; 24. JOÃO PEDRO FERREIRA ARAÚJO; 25. ANTÔNIA FERREIRA ARAÚJO; 26. WANDREY GABRIEL DOS SANTOS PEREIRA; 27. MARIA EDUARDA DE ALMEIDA DE SOUSA; 28. DAVI DA SILVA PIMENTEL; 29. YASMIN PEREIRA DA SILVA; 30. VITÓRIA PEREIRA DA SILVA; 31. MICHEL JONAS CORADO DE BRITO; 32. LETÍCIA NUNES DOS SANTOS; 33. DJESSIKA TAYRINE COSTA DIAS; 34. WATYLLA BEZERRA DE OLIVEIRA; 35. PEDRO LUCAS COSTA RODRIGUES; 36. PEDRO ANTÔNIO MARTINS SANTOS; 37. FERNANDA PEREIRA DOS SANTOS DE ALMEIDA; 38. SARAH LETÍCIA GOMES DA SILVA; 39. DAVI LUIZ MACIEL RODRIGUES; 40. CLARA SILVA DE CONCEIÇÃO FARIAS; 41. ANA LUIZA GARCIA DA SILVA; 42. JOÃO PEDRO RODRIGUES CIRQUEIRA; 43. LUIZ HENRIQUE ARAÚJO DA SILVA; 44. MAISA VIEIRA CIRILLO; 45. IASMIN GLÓRIA LIMA TEODORO; 46. VICTHOR HUGO BASTOS DOS SANTOS; 47. ANDRESSA ALVES TAVARES; 48. MIKAELLY ALVES DA SILVA; 49. GABRIEL FERNANDES MIRANDA; 50. GIOVANNA DE SOUSA PINTO; 51. ANA CAROLINE

RODRIGUES FERREIRA; 52. GABRIELA LOPES GUIMARÃES; 53. MARIA CLARA GOMES DA SILVA; 54. YGOR EDUARDO NASCIMENTO DA SILVA; 55. JACKSON MIGUEL LOPES DOS SANTOS; 56. FAGNER JUNIOR PATRICIO NOGUEIRA; 57. JOÃO PEDRO RODRIGUES CIRQUEIRA; 58. VICTOR GABRIEL GOMES DA SILVA; 59. KAWAN GUIMARÃES SALES; 60. JOÃO WILSON CARVALHO LIMA; 61. MARCOS FERREIRA DOS SANTOS; 62. SAMYRA DA SILVA MEDEIROS; 63. ANA CAROLINA NOGUEIRA; 64. THIAGO BARROS DOS REIS; 65. WANDERSON DE JESUS MENDES; 65. GUILHERME HENRIQUE DE JESUS MENEZES; 66. HIGOR CAVALCANTE ALGO; 67. MARIA VITÓRIA SENA; 68. PEDRO LEONARDO PEREIRA DA SILVA; 69. PEDRO HENRIQUE ABREU DE MELO; 70. PEDRO ALEJANDRO OLIVEIRA LOPES; 71. JORDANA PEREIRA RODRIGUES; 72. WENDY ISABELLY SOUSA DA SILVA; 73. ANNY GABRIELLY SOUSA DA SILVA; 74. GABRIEL BRANDÃO LOPES; 75. STEFANNY PIRES REIS; 76. GILSON EMANUEL MARACAIPE DA COSTA; 77. ARIAM LUSTOSA LIMA; 78. SABRINY SILVA MARTINS; 79. EMANUELLY DA SILVA MARTINS; 80. MARIA LAURA GOMES DIAS; 81. ALEXANDRE YURI NUNES DA SILVA; 82. ALEXANDRE KAUAN ALVES VIENA; 83. JÚLIA AIRES PIRES; 84. ERICK RICKELMY A. DA SILVA; 85. KEVEN HUAN PEREIRA; 86. JOSÉ NILTON BARBOSA DE SOUZA; 87. SULAMITA RODRIGUES DA CRUZ; 88. RHAFAEL DE ALCANTRA LIRA; 89. ANNA GABRIELLY R. O. DA SILVA; 90. LAILA SOUSA SILVA; 91. KAUÃ FERNANDO ARAÚJO DA SILVA; 92. BEATRIZ CRISTINA RIBEIRO SOUZA; 93. ELOÁ FIAL DA SILVA; 94. MYRELLA DA SILVA REZENDE; 95. AYAN SOARES PEREIRA; 95. RAFAEL BRASÃO VIEIRA GOMES; 97. CARLOS EDUARDO AMORIN SILVA.

4. Diligências:

4.1. Oficie-se ao Conselho Superior do Ministério Público informando a instauração do procedimento preparatório, remetendo-se cópia da portaria inaugural, conforme determina o art. 12, da Resolução nº 005/2018, em consonância com as diretrizes do Informativo CSMP nº 002/2017, do Conselho Superior do Ministério Público;

4.2. Remeta-se extrato da portaria para publicação no Diário Oficial, conforme preconiza o art. 12, V, da Resolução nº 005/2018, do Conselho Superior do Ministério Público;

4.3. Oficie-se à Secretaria Municipal de Educação, para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe se as vagas escolares solicitadas foram disponibilizadas aos alunos;

4.4. Após o cumprimento das diligências, volvam-me os autos conclusos.

PALMAS, 11 de junho de 2019

Documento assinado por meio eletrônico
MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO
10º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL



22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, no uso de suas atribuições na 22ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 18, §2º, da Resolução 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público, DÁ CIÊNCIA ao senhor Geferson Oliveira Barros Filho e aos eventuais interessados da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 2019.0000292, instaurado com o objetivo de averiguar eventual ato de improbidade administrativa praticada pelos investigados por omissão no cumprimento de ordem judicial no processo nº 0004819-60.2017.827.0000, isto é, por não implementarem o reenquadramento dos peritos oficiais do Estado do Tocantins. No caso em apreço, os imputados realizaram todas as providências necessárias para cumprir a decisão judicial, conforme se observa nas provas constantes nos autos, não havendo, portanto, dolo da sua parte e, por consequência, improbidade administrativa, tipificada no art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa. A decisão na íntegra está disponível para consulta no site www.mpto.mp.br, no link Portal do Cidadão-Consultar Procedimentos Extrajudiciais-Consulta ao Andamento Processual-Número do processo/Procedimento. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 06 de junho de 2019.

Miguel Batista de Siqueira Filho
22º Promotor de Justiça da Capital

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, no uso de suas atribuições na 22ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 18, §2º, da Resolução 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados, do declínio de atribuição deste Parquet Estadual em favor do Ministério Público Federal do Estado do Tocantins para atuar no Procedimento Preparatório nº 2019.0003498, instaurado para averiguar eventual irregularidade no cadastro na sra. G. C. S. acerca do empreendimento Recanto das Araras I, o qual segundo o representante não se encontra dentro do perfil do programa social. No caso dos autos, trata-se de programa federal - Programa Minha Casa Minha Vida, custeado exclusivamente com verbas federais, desta forma a malversação da verba, a atribuição para promover as investigações necessárias a elucidação dos fatos é do Ministério Público Federal.

Palmas, 11 de junho de 2019.

Miguel Batista de Siqueira Filho
22º Promotor de Justiça da Capital

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PAD/1658/2019

Processo: 2019.0003745

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por seu Promotor de Justiça signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais (art. 129, caput, e inciso III, da Constituição Federal), legais (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93; e art. 60, inciso I, da Lei Complementar estadual nº 51/08) e regulamentares (Resolução nº 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins, e Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público).

RESOLVE instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com a seguinte configuração:

1. Delimitação do objeto de apuração e pessoas envolvidas: Notícia veiculada por meio de declarações prestada pela Srª. Nadirene Ferreira Araújo noticiando que seus pais Sr. José Ferreira Araújo e Valdeci Dias Ferreira residem juntamente com seu filho Isaias Ferreria Araújo e a companheira deste chamada Giseli, a qual vem sendo vítimas de exploração financeira e agressões físicas e verbais praticadas pelo filho Isaias; Que a Sr. Valdeci é enferma (cirrose hepática aguda); Que ambos os Idosos Sr. José Ferreira Araújo e Valdeci Dias Ferreira recebem aposentadoria a qual está sendo administrado pelo filho Isaias que explora financeiramente dos pais; Que os idosos recebem cuidados apenas da relatante, Sr. Nadirene e de sua irmã Rosinere Ferreira Araújo; Que, deseja que irmã Rosinere Ferreira Araújo seja apoiadora dos pais e administre sua aposentadoria; Que Isaias Ferreira Araújo e sua companheira, deixem a residência dos idosos.

2. Fundamento legal que autoriza a atuação do Ministério Público: Ao Ministério Público incumbe instaurar procedimento administrativo e propor ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses individuais indisponíveis de pessoa idosa, consoante o artigo 127, caput, da Constituição Federal; artigo 74, I e V, da Lei 10.741/2003.

3. Determinação das diligências iniciais:

3.1. Notificar Rosirene Ferreira Araújo e seus pais José Ferreira de Araújo e Valdeci Dias Ferreira para comparecerem a 6ª. Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO.

4. Designo o Analista Ministerial lotada na 6ª PJPn para secretariar o presente procedimento administrativo, independentemente de termo de compromisso, devendo-se atentar para a necessidade de que as requisições expedidas sejam sempre acompanhadas de cópia desta portaria (por força do art. 6º, § 10, da Resolução nº 23/2007 do CNMP);

5. Determino a afixação da portaria no local de costume, bem como a comunicação da instauração deste Procedimento Administrativo ao Conselho Superior do Ministério Público.

PORTO NACIONAL, 12 de junho de 2019


Documento assinado por meio eletrônico
DIEGO NARDO

06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS - DOMP/TO

Endereço: 202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218, Palmas-TO  (63) 3216-7604

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Subprocuradora-Geral de Justiça

CYNTHIA ASSIS DE PAULA
Chefe de Gabinete da P.G.J.

PAULO ALEXANDRE RODRIGUES DE SIQUEIRA
Promotor de Justiça Assessor do P.G.J.

THÁIS CAIRO SOUZA LOPES
Promotora de Justiça Assessora do P.G.J.

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Presidente do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI
Membro

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Corregedor-Geral

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral Substituto

BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO
Promotor de Justiça Assessor do Corregedor-Geral

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor de Justiça Assessor do Corregedor-Geral

OUIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Ouvidora

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TOCANTINS

OCTAHYDES BALLAN JUNIOR
Coordenador

DIRETORIA DE EXPEDIENTE

ÁREA OPERACIONAL DE PUBLICIDADE DOS ATOS OFICIAIS - AOPAO

LUÍS EDUARDO BORGES MILHOMEM
Diretor

 (63) 3216-7598
 (63) 3216-7575
 www.mpto.mp.br
 ouvidoria@mpto.mp.br

<https://www.mpto.mp.br/web/portal/servicos/diario-oficial>



A autenticidade do DOMP/TO pode ser conferida no site <https://athenas.mpto.mp.br/athenas/docsverify/verify/> com a chave que se encontra no rodapé da página ou pelo Código QR.

